



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1004961-26.2018.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Gratificação de Incentivo**
Requerente: **Linda Sizuna Hissamo Ferrari e outro**
Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Prioridade Idoso

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

LINDA SIZUNA HISSAMO FERRARI e CIBELE MARIA DELBON RODRIGUES qualificadas na inicial, ajuizaram ação declaratória de obrigação de fazer contra **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, aduzindo em síntese, que são servidoras públicas pertencentes ao quadro da secretaria de saúde e que recebem o Prêmio de Incentivo Especial e Adicional de Desempenho Saúde, porém, não de forma correta, razão pela qual requereram a procedência da ação, para que a requerida inclua o adicional de desempenho da saúde Prêmio de Incentivo Especial PIE na base de cálculo do 13º salário, adicional de férias, adicional por tempo de serviço e sexta parte, condenando, ainda, na respectiva obrigação de fazer de integrar o valor do referido prêmio nos proventos mensais, bem como seja a requerida condenada ao pagamento das diferenças dos valores não pagos anteriormente. Com a inicial vieram os documentos.

A requerida ofertou contestação, sustentando que a norma de regência não autoriza a inclusão pleiteada pelas autoras, pugnando pela improcedência da ação. Juntou documentos.

Houve réplica.

É O RELATÓRIO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

FUNDAMENTO E DECIDO.

É possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

O Prêmio de Incentivo Especial consubstancia-se em vantagem criada pela Resolução SS 110, de 17 de outubro de 2013, editada com base no Decreto nº 41.794, de 19 de maio de 1997, combinada com a Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008 e Lei Complementar nº 1.212, de 16 de outubro de 2013, sendo que seu valor integral é composto e pago sob a rubrica “Complemento LC1212/2013”.

Com efeito, a Resolução SS 110, de 17 de outubro de 2013 que instituiu o Prêmio de Incentivo Especial PIE, dispõe que:

Artigo 1º - Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, o Prêmio de Incentivo Especial PIE com os coeficientes identificados, para as classes constantes do anexo desta Resolução, aos servidores em exercício nesta Pasta.

Artigo 2º - O Prêmio de Incentivo Especial - PIE será calculado mediante aplicação de coeficiente sobre a Unidade Básica de Valor - UBV, instituída pelo artigo 33 da Lei Complementar 1.080, de 17-12-2008, observada a jornada de trabalho a que estiver sujeito o servidor.

Artigo 3º - Os servidores abrangidos por esta resolução não perderão o direito à percepção do PIE nas situações de afastamentos considerados de efetivo exercício para todos os efeitos legais e nos casos de licença para tratamento de saúde, no limite de 90 (noventa) dias por ano.

Artigo 4º - O pagamento do Prêmio de Incentivo Especial PIE se dará mensalmente, independentemente do Prêmio de Incentivo, referido na Lei 8.975 de 25-11-1994, e não será considerado para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Infere-se da leitura dos dispositivos legais supracitados que o Prêmio de Incentivo Especial - PIE é pago independentemente do Prêmio de Incentivo PI, Lei nº 8.975/94, a todos os servidores em exercício, bem como que seu cômputo se dará mediante a aplicação de coeficiente sobre a UBV (unidade básica de valor), prevista na LC nº. 1.080/08, observada a jornada de trabalho a que se sujeita o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

servidor (art. 2º).

Portanto, inquestionável que referido prêmio foi concedido de maneira indistinta aos servidores integrantes do quadro da Secretaria da Saúde. Isto porque, conquanto a resolução preveja o pagamento do PIE mediante aplicação da UBV e com observância da jornada de trabalho do servidor, não enumerou qualquer critério objetivo a permitir a especificidade no seu pagamento, tais como avaliação individual de desempenho ou produtividade, tratando-se, na realidade, de um verdadeiro aumento disfarçado de vencimentos.

Em resumo, o prêmio em tela não possui aspecto “propter laborem”, consubstanciando-se em verdadeiro aumento salarial, motivo pelo qual deve ser acolhida a pretensão das autoras para que seja o valor correlato incluído na base de cálculo dos adicionais temporais (quinqüênio e sexta parte), décimo terceiro salário e adicional de férias.

Nesse sentido:

"SECRETARIA DA SAÚDE. PRÊMIO DE INCENTIVO ESPECIAL (PIE). Verba instituída pela Lei Complementar Estadual n. 1.212/13 e pela Resolução SS n. 110 de 19/10/13. Pretensão à incorporação aos vencimentos e à inclusão do PIE na base de cálculo do 13º salário, das férias, do quinquênio e da sexta-parte. Admissibilidade de cômputo da verba que ostenta natureza permanente, visto que adimplida de forma linear e geral, em favor de todos os servidores do quadro de pessoal da Secretaria de Saúde. Sentença de procedência mantida. Recurso voluntário e remessa necessária não providos" (TJSP; Apelação / Remessa Necessária 1030659-20.2017.8.26.0053; Relator: Heloísa Martins Mimessi; Órgão Julgador: 5ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 14ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 11/09/2018)

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** ação para declarar o direito das autoras à inclusão do Prêmio Incentivo Especial (rubricas adicional de desempenho da saúde e complemento LC 1212/13) na base de cálculo do 13º salário, adicional de férias e dos adicionais temporais (quinqüênio e sexta parte), com o devido



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

apostilamento, condenando, ainda, ao pagamento das diferenças apuradas no quinquênio que antecedeu o ajuizamento da ação, atualizados a partir de cada vencimento, com juros moratórios desde a citação e correção monetária, **devendo a correção monetária das prestações em atraso ser calculadas pelo índice IPCA/IBGE, ao passo que os juros de mora deverão ser calculados com base no índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, tendo em vista o efeito suspensivo concedido em sede de embargos de declaração com relação ao decidido no RE nº 870/947/SE.**

Reconheço a natureza alimentar do crédito.

Sucumbente, arcará a requerida com as custas e despesas processuais, mais honorários que fixo em dez por cento (10%) do valor da inicial.

P.I.C.

Araraquara, 19 de outubro de 2018.

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>
--